



## Editorial

### Educação na Federação Brasileira: federalismo, laicidade e religião

Termos como federal, federalismo, federação fazem parte do cotidiano linguístico da população brasileira. No entanto, a denotação política ou a matriz histórica dos mesmos muitas vezes escapa à compreensão das pessoas. Ou, mesmo entre aqueles que dominam certo conhecimento histórico, acabam remetidos ao “distante” século XIX, momento em que se configurou a chamada federação brasileira, com a Constituição republicana de 1891. Aparentemente, naquele momento, essa questão teria sido resolvida e passamos a desfrutar da autonomia conseguida pelos estados e também dos benefícios advindos da coparticipação e da corresponsabilidade de todos na conformação do país que passou a representar os entes federados: o Brasil. No entanto, esta impressão não corresponde à realidade e a construção da federação continuou sendo um desafio no decorrer da Primeira República e nas décadas seguintes. No presente, nos defrontamos com temas no noticiário, nos programas dos partidos, em reivindicações de movimentos sociais, em projetos de lei – desigualdades estaduais e regionais no acesso à riqueza, divergências nos índices de impostos cobrados nos vários estados, disputas por empresas ou pela concessão de benefícios etc. –, que expõem a atualidade da questão do federalismo e a necessidade que temos de sobre ela refletirmos para darmos nossa parcela de contribuição como cidadãos.

Contudo, esse dissenso não se esgota apenas nos campos político ou econômico, mas avança por outros, como a educação. E novamente vemos os problemas e as propostas de caráter local e regional se destacarem, envolvendo itens como desigualdade no acesso à educação, nos índices de analfabetismo, nos conteúdos a serem transmitidos aos alunos, nos percentuais do orçamento repassados para o investimento na educação, na busca de parcerias entre estados, entre estados e municípios ou entre as administrações municipais, confluindo todos para o enlace com o governo central, caracterizando claramente a complexidade e a importância das relações político-educacionais no interior de uma federação. E esses problemas vêm de longe, apesar de o dimensionamento ser mais claro a partir da independência e, mais ainda, da proclamação da República. No Império, com funestos reflexos na realidade educacional, as tendências centralizadoras e descentralizadoras se digladiaram, com definição a favor da segunda no período republicano, quando se implantou o modelo federativo. Mas a falta de acesso da população à educação persistiu, apesar dos esforços republicanos, e o impasse atingiu tanto os estados como o país. O federalismo repercutiu no campo educacional, considerado no início da República como prerrogativa dos estados, levando o país a uma opção, no final do século XIX, de repassar a eles os destinos da educação, o que gerou a ausência de um sistema unificado de ensino que pudesse contribuir para o progresso e para a formação homogeneizada da nação brasileira, problemas que somente muito mais à frente pudemos enfrentar.

A essas questões relacionadas às decisões dos governos centrais ou estaduais na área da educação, devemos acrescentar outras que a ela sempre estiveram relacionadas, como o financiamento da educação (e a consequente gratuidade), a oferta de escolas a todas as crianças (desaguando na obrigatoriedade) e a laicidade, que remete à responsabilidade do Estado na condução do setor educativo, levando à ruptura ou ao distanciamento da instituição que por vários séculos o conduziu no Brasil: a Igreja Católica. E essas questões, advindas do passado, também se colocam no presente, tornando necessária a constante reflexão em torno das

mesmas, na busca da compreensão e de alternativas de encaminhamentos. Esse pano de fundo abriga as discussões que se seguem.

Este número temático da revista *Acta Scientiarum. Education* reúne 10 artigos, dos quais 6 estão agrupados à volta do eixo *Educação na Federação Brasileira: federalismo, laicidade e religião*, desafios/dilemas/perplexidades/impasses que confrontam a sociedade brasileira desde o século XIX, e 4 que resultam de outras investigações no campo da educação. Salienta-se que os pesquisadores aqui reunidos atuam nos programas de graduação e de pós-graduação de diferentes instituições de ensino superior, em vários estados brasileiros.

O objetivo dos 6 trabalhos relacionados à temática proposta é debater, numa perspectiva pluridisciplinar, o panorama histórico-educativo de diferentes experiências educacionais vivenciadas no contexto da federação brasileira, tendo como foco a análise crítica de iniciativas efetivadas em torno da organização da educação, tanto no âmbito das relações dos estados com os municípios, como de ambos com as instâncias religiosas.

Apesar da variedade das abordagens teóricas e dos objetos investigados, existe um eixo comum entre os artigos: as pesquisas têm como núcleo aglutinador a busca da historicidade dos fenômenos educacionais, analisados à luz das transformações e persistências históricas, inclusive as mais recentes. Há prevalência de análises relacionadas ao século XX, contudo temos contribuições que cobrem também o século XIX.

Soma-se à diversidade das abordagens, a multiplicidade de instituições de origem dos autores que contribuiram para a concretização deste volume temático, explicitando tanto o caráter exógeno da produção como o poder catalizador deste periódico junto à comunidade dos investigadores e sua importância para o cenário da divulgação científica brasileira.

Assim, o conjunto dos textos que compõem este número promove uma discussão sobre o panorama histórico-educativo de muitas formas da educação experimentadas no contexto brasileiro, nos séculos XIX e XX, marcado por intensos embates entre a Igreja Católica e o Estado liberal, que se consolidava na Europa e ensaiava seus primeiros passos em nossas plagas, inspirador da educação moderna (pública, gratuita e laica) e confrontado pela Igreja Católica em torno desses mesmos princípios.

Por outro lado, o período oitocentista pode ser examinado a partir de vários pontos de contato, cooperação e complementaridade entre Igreja Católica e Estado, não obstante as divergências ideológicas e as disputas pela hegemonia sobre o ensino e a instituição escolar. Assim, o conceito – e a realidade – da sociedade civil foi emergindo lenta e tropegamente, em meio a convenções entre o Papado e os Estados e a movimentações de outros segmentos políticos. Para ilustrar e explicitar essa conflitualidade, enquanto construção histórica, é importante analisar espaços e momentos distintos nessa relação estatal-confessional, o que permite “reconstituir” e confrontar diferentes modalidades de mobilização, bem como as tensões que marcaram a afirmação da “ilustração brasileira”, pois os discursos políticos do final do século XIX atribuíam à educação um poder extraordinário de regenerar a sociedade, por se apresentar como força transformadora do indivíduo. A escola não era entendida como um reflexo da situação geral de um determinado país, mas, ao contrário, este seria a consequência do desenvolvimento educacional. No Brasil, essas ideias ganharam força e se espalharam entre os intelectuais e políticos liberais, os quais buscavam implementar medidas que fossem capazes de promover reformas que “aperfeiçoassem a instrução pública”. E, conseqüentemente, tiveram como resultado a fermentação de uma nova realidade, por meio da formação do “homem novo”, capaz de promover e assegurar uma sociedade em novos moldes. A efervescência dessa “ilustração brasileira” é bem caracterizada por Roque Spencer Maciel de Barros (1959, p. 23-26), ao sublinhar seu movimento no final do século XIX e início do XX:

[...] os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a ‘ilustrar’ o país; a ‘iluminá-lo’ pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas ‘focos de luz’, donde haveria de sair uma nação transformada. [...] É crença generalizada, no período, que um país é o que a sua educação o faz ser

[...] Êsses homens buscaram os instrumentos capazes de integrar-nos, de vez, na grande comunidade euro-americana; ao invés de se entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam criá-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro.

Com a República, em 1889, há um novo quadro constitucional, político, econômico, social e também revisão/ruptura dos vínculos entre Estado e Igreja Católica. Sua proclamação representou não só a supressão do regime monárquico, mas também a busca de um novo padrão para a administração pública e para a organização política, que exigia o reordenamento dos ideais e das relações de poder no nível interno: a federação; diga-se, a formação dos estados em lugar das províncias e a ampliação da autonomia dos mesmos, diferentemente do que ocorrera no ambiente centralizado do Império. Elementos de inspiração liberal que ajudariam a propagar ideais de civilidade, de ordem, de progresso.

A República possibilita o fortalecimento dos estados, que se reestruturam singularmente mediante variadas ações reformistas nas décadas que se sucedem à proclamação, sobretudo em unidades representativas de regiões politicamente importantes, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais. Essas unidades contribuíram para incrementar a descentralização do poder e efetivar também reformas no campo educacional. Nesse sentido, seria plausível dizer que o período republicano se trata, sobretudo, de uma época de propostas e tentativas de mudança na educação, resultantes, por um lado, da situação de descalabro herdada dos tempos monárquicos e, por outro, das discussões que permeavam o espaço nacional e traduziam certo “entusiasmo pela educação”, superestimando o papel da educação na renovação da economia, dos valores e da própria sociedade.

Os impasses entre centralização e descentralização persistiram no correr desse processo de renovação educacional, porque descentralizar significava permitir aos estados constituir sistemas escolares paralelamente a um sistema federal – este limitado ao ensino secundário e superior, sob controle da União. Mas, ao descentralizar o ensino primário, o federalismo não proporcionou aos estados mecanismos que lhes permitissem melhorar, quantitativa e qualitativamente, esse nível de ensino, num momento em que o percentual de analfabetos chegava a 80% da população e quando o analfabetismo era visto quase que consensualmente como o principal entrave ao desenvolvimento social e econômico. Algo não coadunável com a formação do cidadão e da sociedade republicanos. Essa incoerência, porém, passava ao largo da defesa que os republicanos faziam da instrução escolar como forma de integrar o povo à nação e de uma escola organizada segundo os interesses do projeto da nova ordem política. Não importava como: a escola devia se estender a todos os segmentos da sociedade para, com a universalização da instrução, consolidar uma nova proposta de educação, coerente com o início de um novo período da história educacional, resultante da eclosão e disseminação do movimento da escola nova, que visou, em nossas terras, adaptar o ensino científico e racional a todos os brasileiros. Era necessário modificar as bases da escola existente – motivo de intensas críticas por parte do Partido Republicano durante o período monárquico –, propósito que o movimento escolanovista pretendeu cumprir, sobretudo, por meio de conferências, livros e publicação de textos em revistas especializadas, para difundir e disponibilizar ao campo escolar seu pensamento e seus métodos.

Se educar o povo era uma forma de integrá-lo à nação, também era um modo de amalgamar a sociedade e cooptar a população para tomar parte no projeto republicano de desenvolvimento do país. E a feição educacional dessa proposta se desdobrou em subprojetos nos vários estados, cujos governos buscaram viabilizar reformas na instrução pública mediante a implantação de um aparelho de educação moderno para promover a educação popular. Em geral, os dispositivos legais congregavam os princípios liberais da educação, estabelecendo a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, o caráter laico da docência e o compromisso formal do poder público com o aumento das oportunidades educacionais pela disseminação de escolas e, logo, pela ascensão do número de matrículas. Os estados passaram a se comprometer mais com o orçamento para o funcionamento material das escolas, sobretudo com a construção de prédios escolares ou aluguéis financiados

pelo Estado, embora, em muitos casos, tenham compartilhado ou repassado parte dessas responsabilidades para os municípios.

A confiança no poder regenerador e formador da escola tornou-se representação difundida e compartilhada na sociedade – persistindo até aos dias de hoje; e ao ensino primário foram atribuídas finalidades diversas e expectativas amplas, tais como moldar o caráter das crianças – futuros trabalhadores e atores políticos –, inculcando nelas não apenas os conhecimentos fundamentais das letras, dos cálculos, da ciência, mas também os não menos importantes valores e virtudes morais, bem como o sentimento pátrio e normas de civilidade. Competia à escola contribuir para a consolidação da nação brasileira, inculcando os fundamentos cívico-patrióticos que fundassem o desenvolvimento das gerações seguintes e suscitassem nelas o amor à pátria. Cabe dizer que essa organização da escola ganhou contornos e propósitos distintos em cada estado, isto é, conforme as condições vigorantes em outras esferas, que impactavam na consolidação da escola pública almejada pelos republicanos.

O Estado brasileiro, por sua vez, apesar de repassar para os governos estaduais a efetiva implementação da instrução pública elementar, procurará sedimentar o novo sistema de ensino, promovendo sucessivas reformas ao longo das primeiras décadas do século XX, que afetam a educação em todos os níveis: primário, secundário e superior. Nos anos 1920, um novo conjunto de reformas ocorrerá em diversos estados, influenciadas pelo pensamento escolanovista, trazendo perspectivas inovadoras para a educação nacional e consolidando uma base crítica que sustentará as reformas de cunho nacional que acontecerão a partir dos anos 1930 – inclusive, com a criação do Ministério da Educação –, que afetarão todos os níveis do ensino, até a promulgação, em 1961, da lei n. 4024, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A partir dos anos 1930, teremos, no Brasil, uma série de iniciativas que viabilizarão a formação das bases do que se poderia chamar de sistema nacional de ensino, com a criação das universidades e do estatuto do ensino superior, a implementação do controle de formação de professores, com a criação das licenciaturas e reorganização do ensino secundário, a indicação da necessidade da criação de uma lei e de um plano nacional de educação, a preocupação com aspectos internos à escola, como organização, inspeção, currículo, livros didáticos etc. Inclusive, com a retomada dos princípios liberais da educação, contidos no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e em outros documentos, enfatizando obrigatoriedade, gratuidade, laicidade etc. O avanço do debate culmina com a determinação, na Constituição de 1946, de se elaborar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo projeto, preparado pelo Ministério da Educação, será enviado ao Congresso em 1948, resultando, após 13 anos de renhidas discussões, na citada lei de 1961.

Ao longo de todo esse período, de generalização da educação popular pelo território brasileiro e de expansão, muito mais lenta e segmentada, dos níveis secundário e superior, vemos a persistência do debate entre os interesses públicos e privados, nos quais se escuda a Igreja Católica (e outras confissões), que recrudesce nos anos 1930 e toma contornos dramáticos na década de 1950, principalmente nos anos que antecedem a finalização da Lei 4024.

Tendo em vista esse cenário, o primeiro artigo deste número temático, *Federalismo e educação no Brasil republicano: dilemas da organização educacional (1889-1930)*, tem por propósito “acompanhar o debate sobre a escola pública no País, em um ambiente marcado pelo novo sistema de governo, buscando compreender como a educação foi ‘acomodada’ após a formação da federação brasileira, a partir da promulgação da Constituição republicana de 1891”. Ou seja, traz análises sobre as questões da centralização e da descentralização, tanto políticas como educacionais, sublinhando as “relações que o novo Estado estabelece com os entes da federação (estados ou mesmo com os municípios), o que se configura como um ‘federalismo à brasileira’”.

O segundo texto deste bloco, *Município e autonomia política local*, analisando políticas educacionais de períodos recentes em cidades do Rio Grande do Sul, vinculadas ao Instituto Airton Senna, apresenta “o

município como espaço ocupado e as políticas municipais voltadas para a qualidade da educação básica”. Além deste aspecto, “analisa diferentes formas de exercício da autonomia política local em políticas educacionais municipais a partir das intercorrências identificadas nos vários casos provocando discontinuidades”.

Encerra a discussão desse primeiro bloco o artigo *O “Estado em ação” e a relação com a Sociedade: notas sobre a produção de políticas estatais “traduzidas” como políticas públicas*, o qual tem por centralidade um debate conceitual, abordando “as políticas públicas como produto histórico e expressão do modo de produzir determinadas, em última instância, pelo modo de produção da vida material”.

As relações entre Estado e Igreja Católica se constituem no foco interpretativo no segundo conjunto de artigos. Este se inicia com o texto *O ensino religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas*, sendo sua finalidade trazer “elementos analíticos que relacionam processos de regulamentação jurídica e a regulação e controle da escola quanto ao Ensino Religioso”, contemplando um longo período histórico, que vai da colônia à década de 1930. Busca-se demonstrar que as “alianças e embates quanto ao Ensino Religioso na história da educação brasileira foram nutridos desde os primórdios devido às influências da Igreja Católica e de autoridades eclesiásticas, assim como de outras instituições e intelectuais defensores de princípios e valores religiosos”.

O segundo texto do bloco, *Estado, Religião e Educação do Cidadão*, traz à tona reflexões teóricas em torno dos “entraves e os conflitos entre Estado e religião e as perspectivas atuais sobre os desdobramentos dessa relação com a educação do cidadão. Faz uma reflexão e análise da fundação do Estado Moderno e sua influência na formação das sociedades modernas e contemporâneas, bem como evidencia os impactos dos pressupostos da separação entre religião e Estado para considerar que a educação do cidadão passa pelo esclarecimento”, explicitando a importância da educação pública nesse processo.

O último trabalho, que trata da relação da educação pública com a Igreja Católica, *A educação nas páginas da imprensa católica (Ribeirão Preto–SP, 1949–1959)*, avança seu olhar pelas representações sobre educação presentes na imprensa católica de uma cidade do interior paulista, buscando compreender como foi abordada “a temática da infância, os objetivos e expansão do ensino primário, a inserção das classes populares na escola, a Campanha de Alfabetização de Adultos e as finalidades do ensino secundário propedêutico ou profissionalizante apresentando posições conservadoras, pautadas na valorização dos valores cívico-patrióticos e na formação religiosa como fundamento da família e da sociedade”.

Completam o presente número da revista *Acta Scientiarum. Education* mais quatro artigos. O primeiro deles, *História da meninice afro-brasileira: disciplinarização, aprendizado e ludicidades oitocentistas em mananciais literários*, tem por proposta refletir sobre a “criança afro-brasileira, abarcando sua trajetória, sua inserção no universo cultural europeizado, suas vivências, seus brinquedos e brincadeiras” no Brasil oitocentista, mas também procura traçar as condições históricas da “infância da criança negra durante o passado de escravidão, considerando os funestos desdobramentos desta instituição no presente”.

O segundo texto, *Eugenia no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas: as deficiências em foco*, faz uma análise “sobre o discurso eugênico no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas, orientando-se para tanto, pelas considerações de Theodor W. Adorno sobre o conceito de progresso numa sociedade marcada por um clima propício à barbárie, à frieza e à dessensibilização no tocante ao uso das intervenções genéticas sobre o corpo dos sujeitos considerados imperfeitos/deficientes”.

O terceiro artigo, *Finitude – raiz da educabilidade do ser humano*, procura pensar o fenômeno da educação a partir de elementos heideggerianos (finitude, sentido do ser), objetivando “mostrar o fundamento desta [educação] na originária abertura compreensiva do ser humano, no caráter de projeto, de ter-que-ser, próprios do ser humano e ausentes nos outros entes”.

Por fim, encerra este número da revista o artigo *Interdisciplinaridade escolar no ensino médio: domínios epistêmicos como possibilidade para elaboração e avaliação de um trabalho coletivo*, o qual demonstra “a importância da interdisciplinaridade escolar e do trabalho coletivo entre professores por meio dos dados obtidos por um projeto interdisciplinar realizado em uma escola pública”. O estudo permitiu perceber avanços no “trabalho coletivo uma vez que professores de diferentes disciplinas tinham um objetivo de avaliação comum e dialogaram entre si, esboçando ideias e possibilidades sobre um trabalho interdisciplinar”.

Com a publicação de mais este número, a Revista *Acta Scientiarum. Education* dá continuidade ao seu importante trabalho de promoção e divulgação científica na área histórico-educacional. Trata-se de um conjunto de artigos que trazem significativas contribuições para o esclarecimento, com base na fundamentação histórica, dos problemas educacionais que ainda hoje estamos enfrentando no que tange às questões do federalismo, da laicidade e da religião. Por outro lado, a importância da temática é atestada não somente pela qualidade dos trabalhos aqui reunidos, mas também pela experiência, pelo domínio teórico-metodológico do tema e das fontes, demonstrados pelos autores, vinculados a várias instituições de pesquisa do país.

Carlos Henrique de Carvalho  
Universidade Federal de Uberlândia

Wenceslau Gonçalves Neto  
Universidade Federal de Uberlândia/Universidade de Uberaba

## Referencia

Barros, R. S. M. (1959). *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo, SP: FFCL/USP.